



**PROCEDIMENTO 2500000440\_ST\_04EUL2025**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO**

**CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL**

**CADERNO DE ENCARGOS**

## Índice

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
ARTIGO 1.º - Objeto do Contrato .....	3
ARTIGO 2.º - Fundamentação e Caracterização do contrato .....	3
ARTIGO 3.º - Prazo Contratual .....	4
ARTIGO 4.º - Local de Execução .....	4
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO.....	5
ARTIGO 5.º - Obrigações do Adjudicatário.....	5
ARTIGO 6.º - Conformidade dos Serviços.....	5
ARTIGO 7.º - Dever de sigilo e confidencialidade .....	6
ARTIGO 8.º – Cumprimento do artigo 419.º-A do Código dos Contratos Públicos.....	6
CAPÍTULO III - OBRIGAÇÕES DO ADJUDICANTE .....	7
ARTIGO 9.º - Preço base .....	7
ARTIGO 10.º - Condições de pagamento.....	7
ARTIGO 11.º - Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato .....	8
CAPÍTULO IV - VICISSITUDES CONTRATUAIS .....	9
ARTIGO 12.º - Sanções Contratuais.....	9
ARTIGO 13.º - Força Maior .....	9
ARTIGO 14.º - Subcontratação e cessão da posição contratual do fornecedor.....	10
ARTIGO 15.º - Resolução do contrato por parte do adjudicatário.....	11
ARTIGO 16.º - Resolução do contrato por parte da entidade adjudicante.....	11
ARTIGO 17.º - Caução.....	11
CAPÍTULO V - Disposições finais.....	11
ARTIGO 18.º - Deveres de informação .....	11
ARTIGO 19.º - Comunicações .....	12
ARTIGO 20.º - Foro competente.....	12
ARTIGO 21.º - Direito aplicável e natureza do contrato .....	12
ARTIGO 22.º - Contagem dos prazos.....	12
ARTIGO 23.º - Especificações Técnicas.....	12

## **CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **ARTIGO 1.º - Objeto do Contrato**

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar com a Universidade de Lisboa, doravante abreviadamente designado por ULisboa, na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto a Prestação de Serviços de Saúde e Segurança no Trabalho, nos termos indicados nos números seguintes e melhor definidos nas especificações técnicas em anexo ao caderno de encargos.
2. A presente prestação de serviços engloba os trabalhadores dos Serviços Centrais da ULisboa (SCULisboa), dos Serviços de Ação Social da ULisboa (SASULisboa) e das seguintes 17 Unidades Orgânicas ou Escolas aderentes da ULisboa: Faculdade de Arquitetura (FA), Faculdade de Belas Artes (FBA), Faculdade de Ciências (FC), Faculdade de Direito (FD), Faculdade de Farmácia (FF), Faculdade de Letras (FL), Faculdade de Medicina (FM), Faculdade de Medicina Dentária (FMD), Faculdade de Medicina Veterinária (FMV), Faculdade de Motricidade Humana (FMH), Faculdade de Psicologia (FP), Instituto de Ciências Sociais (ICS), Instituto de Educação (IE), Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), Instituto Superior de Agronomia (ISA), Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) e Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG).
3. O universo de trabalhadores considerando o disposto na alínea b) do artigo 108º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro e suas alterações, nomeadamente no que concerne a periodicidade de realização de exames médicos periódicos, são os apresentados no Anexo III.
4. Rege-se pela legislação geral aplicável em tudo o que não se encontre especialmente previsto no Programa de Concurso e no presente Caderno de Encargos, onde são indicados os termos e as condições da prestação objeto e que serão incluídos no contrato a celebrar

### **ARTIGO 2.º - Fundamentação e Caracterização do contrato**

1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de dar cumprimento à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro e suas alterações, introduzidas pela Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto e pela Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro, que regulamenta o regime jurídico da promoção e prevenção da segurança e da saúde no trabalho, estabelecendo a obrigatoriedade dos empregadores organizarem as atividades de Segurança e Saúde/Medicina no Trabalho, cabendo ao empregador assegurar o cumprimento legal em vigor.
2. O contrato será composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos e será reduzido a escrito, integrando igualmente os elementos elencados nas disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos (CCP).
3. Para além dos elementos referidos pelo número anterior, o contrato a celebrar integra ainda:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente,

- desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O caderno de encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a ordem de prevalência é a que nele se dispõe.
5. Os ajustamentos propostos pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 3 do presente artigo

#### **ARTIGO 3.º - Prazo Contratual**

1. O contrato inicia-se no dia útil seguinte à sua assinatura e após a publicação do Relatório de Formação do Contrato no Portal Base, nos termos do disposto no artigo 127.º do CCP, e mantêm-se em vigor pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias, as quais perdurarão para além da cessação do contrato, incluindo as de confidencialidade e de garantia.
2. Ambas as partes se obrigam a cumprir fiel e imperativamente todos os prazos acordados.

#### **ARTIGO 4.º - Local de Execução**

Os serviços serão prestados nas instalações da entidade adjudicante, nomeadamente nos seguintes Centros Médicos da Universidade de Lisboa:

- i. Campus da Ajuda, sito no Complexo Desportivo da Ajuda, na Av. da Universidade Técnica, 1349-055 Lisboa;
- ii. Campus da Cidade Universitária, sito do Estádio Universitário de Lisboa na Av. Professor Egas Moniz, 1600-190 Lisboa;
- iii. Instalações da Faculdade de Motricidade Humana, sito na Estrada da Costa, 1499-002 Cruz Quebrada Dafundo;
- iv. Instalações do Instituto Superior de Economia e Gestão, sito na Rua do Quelhas, n.º 6, 1200-781 Lisboa;
- v. Em casos excecionais, a acordar entre as partes, poderá ser prevista também a prestação dos serviços nas instalações da entidade adjudicante, desde que adequadas e situadas na cidade de Lisboa ou em instalações móveis certificadas, sem acréscimo de encargos para a ULisboa.

## **CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO**

### **ARTIGO 5.º - Obrigações do Adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação e regulamentação aplicáveis, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
  - a) Prestar os serviços objeto do contrato em cumprimento com os termos e condições definidos nas Especificações Técnicas, tendo em consideração os demais anexos, nomeadamente o Anexo III, que define o universo dos trabalhadores a considerar na presente prestação de serviços, bem como a determinação das quantidades máximas estimadas para cada um dos anos do Contrato;
  - b) Assegurar a afetação de meios humanos e materiais necessários à adequada prestação dos serviços objeto do contrato;
  - c) Assumir o pagamento de quaisquer encargos relacionados com a execução do contrato, incluindo as despesas com as deslocações, estadias e/ou alojamento dos meios humanos a afetar à prestação dos serviços objeto do contrato;
  - d) Comunicar antecipadamente, à entidade adjudicante, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem, total ou parcialmente, impossível a prestação dos serviços objeto do contrato, ou o cumprimento de outra das suas obrigações nos termos do contrato a celebrar com cada entidade adjudicante.
  - e) Comunicar à entidade adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial ou outras informações com relevância para a prestação dos serviços objeto do contrato.
2. A entidade adjudicante monitorizará em contínuo a prestação dos serviços, com vista a verificar se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos, legal e contratualmente definidos.

### **ARTIGO 6.º - Conformidade dos Serviços**

1. O Adjudicatário obriga-se a prestar os serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas Especificações Técnicas.
2. Os serviços objeto do contrato devem ser prestados tendo em conta os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento, se aplicável.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à prestação de serviços e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos serviços a prestar.
4. O Adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante, por quaisquer defeitos ou discrepâncias que se verifiquem no momento em que lhes são prestados os serviços objeto do contrato.

**ARTIGO 7.º - Dever de sigilo e confidencialidade**

1. O adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O adjudicatário obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o contraente público lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

**ARTIGO 8º – Cumprimento do artigo 419.º-A do Código dos Contratos Públicos**

1. Nos termos do disposto no artigo 419.º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP), aplicável por força do n.º 2 do artigo 451.º do mesmo diploma, o adjudicatário compromete-se a garantir o cumprimento integral das obrigações nele previstas durante toda a execução do contrato, assegurando a regularidade da sua situação contributiva e laboral, bem como a dos trabalhadores afetos à prestação dos serviços objeto do presente contrato.
2. O adjudicatário obriga-se a assegurar que os trabalhadores afetos à execução do contrato estão vinculados:
  - a) Por contrato de trabalho sem termo, nos casos em que a vigência do contrato, incluindo renovações automáticas, exceda a duração total de um ano;
  - b) Por contrato de trabalho a termo, desde que a sua duração não seja inferior ao período de vigência do contrato, quando este não exceda a duração de um ano.
3. O disposto no número anterior não se aplica:
  - a) A trabalhadores com contrato a termo de substituição, celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho;
  - b) A trabalhadores que desempenhem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros.
4. Para efeitos de fiscalização, a entidade adjudicante poderá, em qualquer momento, solicitar comprovativos de regularidade contributiva e da relação laboral dos trabalhadores, bem como realizar auditorias. O adjudicatário deverá fornecer as informações e documentação requeridas no prazo máximo de cinco (5) dias úteis.
5. O incumprimento das obrigações previstas na presente cláusula poderá originar, sem prejuízo de outras sanções legais ou contratuais aplicáveis:
  - a) A aplicação de penalidades contratuais previstas na Cláusula 15.º do presente contrato;

- b) A resolução do contrato, caso o incumprimento seja grave e reiterado, nos termos do artigo 333.º do Código dos Contratos Públicos.
6. O gestor do contrato, designado nos termos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, será responsável por acompanhar o cumprimento desta cláusula, emitindo relatórios e recomendações à entidade adjudicante sobre eventuais incumprimentos identificados

### **CAPÍTULO III - OBRIGAÇÕES DO ADJUDICANTE**

#### **ARTIGO 9.º - Preço base**

1. Nos termos previstos no n.º 1 do art.º 47.º do CCP, o preço base é de 312.000,00€ (trezentos e doze mil euros), isento de IVA, nos termos do art.º 9.º do CIVA, e corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
2. Sob pena de exclusão, as propostas dos concorrentes não podem ser superiores aos seguintes preços base unitários:
  - Consulta periódica com rastreio visual: 14,00 € (catorze euros);
  - Eletrocardiograma com relatório: 7,00 € (sete euros);
  - Análises clínicas: 15,00 € (quinze euros).
3. O preço proposto inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
4. As quantidades anuais indicadas no Mapa de Quantidades do Anexo III são meramente indicativas dos serviços a prestar no âmbito do contrato, apenas sendo faturado os serviços efetivamente realizados, não vinculando à entidade adjudicante para efeitos de consumo obrigatório.
5. Os preços constantes na proposta adjudicada vigorarão sem atualização/revisão, durante o período de vigência do contrato, incluindo em caso de prorrogação.

#### **ARTIGO 10.º - Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos do artigo anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelo mesmo das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a prestação do serviço.
3. As faturas deverão ser emitidas mensalmente à medida que os serviços vão sendo prestados, após a devida validação da fatura pelo gestor do contrato.

4. A fatura deve ser emitida, transmitida e rececionada, conforme o disposto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos e no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, com as demais alterações resultantes do Decreto-Lei 14-A/2020, de 7 de abril, conjugado com as disposições constantes da Portaria n.º 289/2019, de 5 de setembro.
5. Para o efeito, a ULisboa aderiu ao Portal FE-AP, enquanto solução eletrónica para a receção de documentos eletrónicos, pelo que o adjudicatário deve iniciar o seu processo de onboarding à solução FE-AP, através do formulário [https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP\\_CIOUS](https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIOUS). Em caso de dúvida, o adjudicatário deverá solicitar o devido apoio e suporte em [https://www.espap.gov.pt/spfin/paginas/FE\\_Duvidas\\_Fornecedores.aspx](https://www.espap.gov.pt/spfin/paginas/FE_Duvidas_Fornecedores.aspx).
6. A(s) Fatura(s) devem ser emitidas com os seguintes elementos:
  - a) Número de Contrato e número de compromisso;
  - b) Número de Nota de Encomenda, caso aplicável;
  - c) Descrição, referindo o(s) documento(s) que a(s) suporta(m)
  - d) Incidência do IVA, em separado;
  - e) Documentação de suporte;
7. Qualquer pagamento só poderá ser efetuado após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.
8. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar, por escrito, ao adjudicatário, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
9. O atraso no pagamento de qualquer(qualsquer) fatura(s) regularmente emitida(s) não autoriza o adjudicatário a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do Contrato, salvo nos casos previstos no artigo 327.º do Código dos Contratos Públicos.
10. Os valores contestados pela ULisboa e que vierem a ser objeto de correção não vencem juros de mora em caso de não pagamento.
11. Na eventualidade de atraso nos pagamentos, dentro dos prazos contratuais e legalmente previstos, a ULisboa encontra-se sujeita às consequências que, nos termos da lei, advêm desses atrasos, nomeadamente as previstas nos números 3 e 4 do artigo 5.º, no n.º 2 do artigo 9.º e no n.º 3 do artigo 8.º, todos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, constantes da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.
12. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.

#### **ARTIGO 11.º - Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato**

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela entidade adjudicante.



2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo adjudicatário.
3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

## **CAPÍTULO IV - VICISSITUDES CONTRATUAIS**

### **ARTIGO 12.º - Sanções Contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a ULisboa tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviço e as consequências do incumprimento.
3. A entidade adjudicante pode deduzir no pagamento da fatura mensal a importância correspondente às sanções a aplicar
4. O valor acumulado das penalidades a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
5. Ao valor da pena pecuniária previsto no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente serviços objeto do contrato cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

### **ARTIGO 13.º - Força Maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
  - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;

- b) Sejam alheias à sua vontade;
  - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
  - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo adjudicatário das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza o contraente público a resolver o contrato ao abrigo do n.º 1 do artigo 335.º do código dos contratos públicos, não tendo o prestador de serviços direito a qualquer indemnização.

#### **ARTIGO 14.º - Subcontratação e cessão da posição contratual do fornecedor**

- 1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o adjudicatário pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do contraente público.
- 2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
- 3. A entidade adjudicante deve pronunciar-se sobre a proposta do adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
- 4. Em caso de incumprimento pelo adjudicatário que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual que

antecedente a celebração do contrato venha a ser indicado pela entidade adjudicante, de acordo com o estabelecido no artigo 318.º-A do Código dos Contratos Públicos.

5. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato da entidade adjudicante, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
6. A subcontratação pelo adjudicatário depende de autorização da entidade adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

#### **ARTIGO 15.º - Resolução do contrato por parte do adjudicatário**

1. O adjudicatário pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **ARTIGO 16.º - Resolução do contrato por parte da entidade adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
  - a) Atraso, total ou parcial, na prestação dos serviços objeto do contrato superior a 5 faltas ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso em determinada prestação excederá esse prazo.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela entidade adjudicante.

#### **ARTIGO 17.º - Caução**

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP o adjudicatário está dispensado da prestação de caução, quando o preço contratual for inferior a 500.000,00Euros.

### **CAPÍTULO V - Disposições finais**

#### **ARTIGO 18.º - Deveres de informação**

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo

com a boa-fé.

2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, que constituam ou não força maior, e que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

#### **ARTIGO 19.º - Comunicações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser redigidas, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

#### **ARTIGO 20.º - Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **ARTIGO 21.º - Direito aplicável e natureza do contrato**

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

#### **ARTIGO 22.º - Contagem dos prazos**

1. A contagem dos prazos na fase de formação dos contratos rege-se pelo disposto no artigo 470.º do Código dos Contratos Públicos e do Código do Procedimento Administrativo, por remissão das disposições aplicáveis.
2. A contagem dos prazos na fase de execução dos contratos é realizada nos termos do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo dos prazos para o cumprimento das obrigações assumidas pelas partes no âmbito do contrato.

#### **ARTIGO 23.º - Especificações Técnicas**

As especificações técnicas do objeto do contrato estão definidas no Anexo IV – Especificações técnicas.